



O ABANDONO DA NOÇÃO DE “ERRO” EM LÍNGUA MATERNA: MAIS DO QUE UMA MUDANÇA TERMINOLÓGICA

FELIPE VIVIAN GOULART

Doutorando pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM).

E-mail: felipevgoulart@gmail.com

Resumo

O objetivo deste trabalho é explorar alguns dos aspectos da noção de erro em língua materna. Começando por um panorama geral da relação da maioria das comunidades linguísticas com o conceito de erro, parte-se para uma discussão da substituição dos termos “certo” e “errado” pelos termos “adequado” e “inadequado”, uma mudança que frequentemente é limitada à terminologia. Em seguida, passa-se à exploração de alguns mitos relacionados à proposta de que o conceito de erro não é adequado para a análise objetiva da língua. O trabalho se encerra com o estudo de alguns casos que tornam claro o quão social e arbitrária é a associação de valores positivos ou negativos a expressões linguísticas.

Palavras-chave

Erro. Adequação. Ensino.



INTRODUÇÃO

Por mais que a longa discussão sobre o “erro” em língua materna possa parecer esgotada, tendo por décadas sido tema de livros, artigos, entrevistas e conferências, a realidade permanece que, no que diz respeito à relação da população geral com sua língua, as noções de “certo” e “errado” têm império absoluto. Mesmo entre acadêmicos e profissionais das letras – grupo do qual normalmente se esperaria uma perspectiva científica da língua –, o que se nota muitas vezes é, quando não a mesma postura da população geral, outra bastante semelhante, diferenciada da primeira unicamente pela substituição dos termos “certo” e “errado” por outros considerados menos subjetivos, como “adequado” e “inadequado”: outra terminologia para o mesmo conceito. De forma resumida, portanto, apesar de todos os esforços dos linguistas ao longo dos anos, pouco mudou.

A nós, falantes do português brasileiro, é fácil construir uma visão desse conflito que seja limitada à realidade do país, com algumas figuras se destacando pela defesa de cada um dos lados. É importante, no entanto, ter em mente que o fenômeno em questão é internacional: quase todas as comunidades linguísticas amplas são marcadas pela noção de que algumas formas linguísticas são melhores do que outras. No mundo anglófono, por exemplo, a ideia de que formas inferiores de expressão ameaçam a pureza da língua inglesa é recorrente, como sintetizado por Thomas Lounsbury (apud AITCHINSON, 1998, p. 15, tradução nossa):

Parece ter havido em cada período do passado, como há agora, uma distinta apreensão nas mentes de muitos indivíduos de valor de que a língua inglesa está sempre na condição de aproximar-se do colapso, e de que esforços árduos devem ser feitos, e feitos com persistência, para salvá-la da destruição.

Essa declaração foi feita por Lounsbury no início século XX, e alguns registros mostram que preocupações semelhantes datam de épocas bem anteriores a essa (AITCHINSON, 1998).

Sendo a noção de erro tão fortemente enraizada na cultura da maioria das nações, não é de espantar que a ciência da Linguística, relativamente jovem e mais restrita a círculos acadêmicos, não tenha tido sucesso em erradicá-la. Ainda hoje, a expectativa de quase qualquer pai com relação à escolarização

de seu filho é a de que a criança aprenda a falar e escrever o “português correto”. Tentativas de desconstrução dessa expectativa, sejam do próprio professor, sejam de estudiosos da língua, geralmente são incompreendidas e reapresentadas, de forma distorcida, como uma defesa de que “na língua se pode tudo”, de que “ninguém precisa aprender a falar bem”, enfim, como uma apologia à mediocridade.

Exposto esse panorama, pretende-se, nas seções que seguem: descrever a posição que vem se tornando observável (especialmente) entre profissionais da língua quanto à noção de erro, mais ligada a uma mudança de alguns termos problemáticos do que a uma mudança de conceitos de fato; delimitar o que o abandono da noção de erro *não* é; e, finalmente, explorar a (não) validade científica do conceito de erro.

A NOVA FACE DO CONCEITO DE ERRO

Embora seja facilmente possível, para um profissional de outra área, passar toda sua carreira sem ter contato algum com questionamentos acerca do conceito de erro na língua, raramente um profissional das Letras – categoria em que se encontram os professores de língua materna – passará sua carreira sem ao menos uma vez ser exposto à ideia, qualquer que seja sua fonte transmissora, de que “certo” e “errado” não são as classificações mais adequadas para atribuição a formas linguísticas. Dentre todos os argumentos que os linguistas vêm oferecendo em favor dessa teoria, apenas um, seja por sua relativa simplicidade, seja por sua aparição massiva nas obras ligadas ao tema, parece ter sido absorvido por um público de larga escala: o argumento do preconceito linguístico (BAGNO, 2008, 2011a; TRUDGILL, 2000; SCHERRE, 2008; ILARI; BASSO, 2014). Em termos amplos, esse argumento consiste na ideia de que repudiar a variedade linguística de um indivíduo equivale a repudiar a sua identidade sociocultural. A rotulação de formas linguísticas como “erradas” passa, assim, a ser considerada uma atitude politicamente incorreta, a ser evitada por professores e profissionais da língua de forma geral.

No entanto, o que se pode observar entre boa parte desses profissionais é uma apreensão rasa das propostas de linguistas como os citados. Sua postura é, basicamente, a mesma da população geral: veem variantes não padrão como falhas a corrigir, independentemente do contexto de uso; entendem “escrever

bem” como “escrever dentro da norma padrão”; e ainda, entendem a língua portuguesa e a norma padrão da língua portuguesa como o mesmo objeto. A diferença entre essa postura e a postura tradicional é apenas terminológica: “certo” e “errado” são abandonados em favor de “adequado” e “inadequado”.

Quando usados dessa forma, os termos “adequado” e “inadequado” são nada mais que eufemismos socialmente aceitáveis para “certo” e “errado”. Em outras palavras, por trás desse uso está a mesma postura de sempre, disfarçada sob uma nomenclatura politicamente correta. Não é essa, no entanto, a proposta coletiva dos trabalhos sociolinguísticos que ganharam força na segunda metade do século XX: a preferência pelo conceito de adequação (e o consequente afastamento do conceito de correção) está embasada na ideia de que o sucesso de cada uso linguístico só poderá ser avaliado em função de seu contexto de ocorrência. Há, portanto, uma imensa diferença epistemológica entre classificar uma construção como “certa” ou “errada” e classificá-la como “adequada” ou “inadequada”. “Certo” e “errado”, em qualquer campo, são classificações absolutas, que se encerram em si mesmas: quando se diz que determinada construção é errada, está-se dizendo que a construção em questão é universalmente errada, um uso falho do sistema linguístico, independentemente das circunstâncias em que ocorra. “Adequado” e “inadequado”, em contraste, são adjetivos que pedem um complemento nominal (“adequado” ou “inadequado” a quê?): assim, quando se avalia uma construção por sua adequação, avalia-se não a construção por seus próprios méritos (opção que, como se verá adiante, não se sustenta cientificamente), mas sim a aceitabilidade de seu uso no contexto específico em que o usuário se encontra. Entende-se, dentro desta última perspectiva, que situações diferentes pedem usos diferentes, sendo a variação linguística, portanto, um fenômeno bem-vindo. Esse posicionamento é resumido por Joos (1967, p. 5, tradução nossa), que faz a seguinte declaração sobre o inglês (igualmente aplicável ao português): “uma comunidade possui uma estrutura complexa, com necessidades e situações amplamente variadas. Como poderia ela se sustentar com apenas um padrão de uso do inglês?”.

Um exemplo claro de absorção incompleta dessa filosofia – isto é, de uma absorção limitada à mudança terminológica mencionada – está nas inúmeras colunas de dicas de português publicadas em meio físico e digital que, sem apontar que tratam especificamente da norma padrão da língua portuguesa, simplesmente dividem as formas linguísticas em “adequadas” e “inadequadas”. Ao categorizá-las nesses termos sem explicitar que o parâmetro para

juízo da adequação é a aceitabilidade da forma em uma variedade particular da língua – no caso, a variedade padrão –, e não na língua universalmente, o colunista usa os “novos” termos da mesma maneira como se usariam “certo” e “errado”, isto é, como adjetivos finitos em si, sem considerar se o contexto de produção exige ou dispensa a variedade padrão. Segundo Scherre (2008), publicações com dicas dessa natureza estariam prestando um grande serviço à comunidade se não confundissem o conceito de língua com o conceito de norma padrão da língua.

No entanto, a defesa de que a norma padrão é apenas uma variedade da língua, e não a língua em si, vem sendo mal compreendida. Dessa incompreensão surgem reproduções distorcidas dos discursos dos linguistas: longe de refletir a essência de seus estudos, essas reproduções fazem a defesa da inexistência de “certo” e “errado” parecer um convite ao abandono dos estudos de língua materna. É à exploração de percepções desse tipo que se dedica a próxima seção.

O QUE O ABANDONO DA NOÇÃO DE ERRO NÃO É

Aqueles que se opõem ao abandono da ideia de erro, como detectado por Scherre (2008, p. 138-139), são muitas vezes motivados pela impressão de que esse abandono está fundamentado em um “esquerdismo de meia-pataca, que idealiza tudo o que é popular”. Parece haver uma percepção, da parte desses opositores, de que o esforço para aprender passou a ser desvalorizado, por não ser compatível com a visão de que “todos são perfeitos da forma como são”.

Isso ficou particularmente evidente durante um programa de notícias de maio de 2011 em que o jornalista Alexandre Garcia expressou séria preocupação com a adoção, pelo Ministério da Cultura, de um livro didático que abandona o conceito de correção em favor do conceito de adequação (preocupação essa que encontrou ressonância em inúmeros espectadores). Nem mesmo o fato de a jornalista Renata Vasconcellos, que apresentou a notícia, ter enfatizado que a norma da língua portuguesa continuaria sendo a variedade exigida em avaliações impediu que Garcia protestasse contra a ideia de alunos passarem de ano sem precisar aprender conteúdo algum. Seguem suas declarações:

Quando eu estava no primeiro ano do grupo escolar e a gente falava errado, a professora nos corrigia, porque ela estava nos preparando para vencer na vida.

É notório que o conhecimento liberta, que forma eleitores e contribuintes conscientes, gente que cresce e faz o país crescer. É notório que o conhecimento vem pela educação em casa, na escola, na vida. E também é óbvio que a raiz de tudo está na capacidade de se comunicar; a linguagem escrita, que transmite e difunde o conhecimento e o pensamento, diferencia o animal homem dos outros animais. A educação liberta e torna a vida melhor porque nos livra da ignorância, que é essa condenação a uma vida difícil. Quem for nivelado por baixo terá a vida nivelada por baixo. Pois, ironicamente, esse livro se chama *Por uma vida melhor*. Se fosse apenas uma polêmica linguística, tudo bem. Mas faz parte do currículo de quase meio milhão de alunos, e é abonado pelo Ministério da Educação! Na moda do politicamente correto, defende um endosso ao falar errado para evitar um preconceito linguístico. [...] alunos analfabetos passam automaticamente de ano para não serem constrangidos. Aboliu-se o mérito e agora se aprova a frase errada para não constranger¹.

A manifestação de Garcia reúne muitas das concepções que os linguistas, nas últimas décadas, vêm tentando dismantelar, desde a primazia da língua escrita sobre a oral até a existência de uma única variedade “boa” de língua, a ser usada em toda e qualquer situação, e cujo desconhecimento resultaria em uma incapacidade de comunicar-se. Diante de tanta desinformação, parece apropriado, antes de explicar o que está, de fato, implicado no abandono da noção de erro, explicar o que não está.

A primeira observação a ser feita é a de que, ao menos entre os grandes nomes da área, nenhum linguista defende que as escolas deixem de ensinar aos seus alunos a norma padrão. Até mesmo os mais polêmicos, como Marcos Bagno, são bem claros ao tratar do assunto: segundo Bagno (2009, p. 58), uma resposta concisa e rápida à pergunta “o que devemos ensinar a nossos alunos em sala de aula?” seria “devemos ensinar a norma padrão”. Afinal, como argumenta o autor, não faz sentido que o aluno vá à escola para aprender algo que ele já conhece (no caso, a variedade não padrão). Desse modo, qualquer associação do nome desses autores a máximas como “pode tudo na língua” ou “ninguém precisa estudar mais” só pode ser resultante da não leitura (ou de uma leitura bastante superficial) de seus trabalhos. O próprio Bagno (2011b), em artigo sobre o livro didático controverso, cria uma analogia para interpretações desse tipo:

¹ Por questões de espaço, a fala do jornalista é transcrita aqui em forma resumida. A versão integral está disponível em: <<http://globoplay.globo.com/v/1511157/>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

Darwin nunca disse em nenhum lugar de seus escritos que “o homem vem do macaco”. Ele disse, sim, que humanos e demais primatas deviam ter se originado de um ancestral comum. Mas essa visão mais sofisticada não interessava ao fundamentalismo religioso que precisava de um lema distorcido como “o homem vem do macaco” para empreender sua campanha obscurantista, que permanece em voga até hoje.

Nenhum linguista, até onde se sabe, nega a existência de uma variedade linguística de prestígio – a norma padrão – cujo aprendizado é essencial ao desenvolvimento pessoal e profissional do cidadão. O que se nega, porém, é a noção de que essa é a única variedade da língua, ou, ainda mais problemática, a de que essa variedade é a língua em si, pensamento que tem como implicação a consideração de que variedades não padrão não são português (CASTILHO, 2010, p. 90). Daí deriva a declaração “não sei falar português” vinda do lusófono nativo, fenômeno que choca a comunidade científica. “Nós vamos” e “nós vai” são, de fato, formas oriundas de variedades diferentes da língua, mas ambas são, indubitavelmente, português.

Uma asserção como a que se acaba de fazer frequentemente suscita objeções na linha de “mas meu chefe me demite se eu escrever ‘nós vai’ na petição”, ou de “se eu falar ‘pobrema’ na reunião, vão rir da minha cara”, ou de “eu não posso escrever ‘eu vi ela’ na redação do Enem”. Essa resistência, é claro, parte de uma premissa falsa: mais uma vez, até onde se sabe, nenhum estudioso da língua recomenda que os falantes usem variantes não padrão em exames vestibulares, em reuniões de negócios ou em documentos jurídicos. Extrair essa “recomendação” da afirmação de que não existe “certo” e “errado” na língua significaria simplesmente inverter o estado de coisas, isto é, passar a tomar o que se considerava “errado” como “certo”, quando, na verdade, o que se propõe é justamente o abandono do conceito de correção em si. Propõe-se que, assim como existem contextos formais, em que se espera que o indivíduo siga a norma padrão, também existem contextos informais, em que não há motivo para o indivíduo forçar-se a falar de qualquer forma além daquela que lhe seja a mais confortável e espontânea. Como afirmado pelo gramático Evanildo Bechara em entrevista ao também gramático Pasquale Cipro Neto, durante o programa *Nossa Língua Portuguesa*, da TV Cultura, não há problema algum em um indivíduo que escreve uma carta a um amigo usar, por exemplo, a preposição *em* com verbo de movimento (*vou no banheiro*). O problema só existirá se esse indivíduo for incapaz de, nas situações em que isso é exigido, transitar

para a variedade padrão. Em uma de suas obras, Bechara (2000, p. 13) propõe que a função do ensino de língua materna é transformar o aluno em “um poliglota dentro de sua própria língua”. Embora a proposta tenha sido amplamente aceita pela comunidade acadêmica, a ponto de poder parecer, a alguns, um lema reproduzido com frequência demasiada, reações como a do jornalista Alexandre Garcia mostram que esse lema ainda tem muitos setores a atingir.

Resta discutir a acusação registrada por Scherre (2008) de que o afastamento do conceito de erro está embasado em uma filosofia esquerdista, segundo a qual tudo que é popular é belo e tudo que está ligado à elite ou à erudição oprime. Mais uma vez, a objeção é baseada em uma falsa premissa: neste caso, a ideia simplista de que as variedades não padrão são as variedades dos pobres e a variedade padrão é a variedade dos ricos. Embora haja, obviamente, correlação entre pertencimento a uma classe social baixa e uso de variantes não padrão, essa associação não é absoluta, isto é, o uso de formas não padrão não é exclusividade de indivíduos pobres ou pouco escolarizados. Como amplamente documentado em estudos do português urbano culto (PRETI; URBAÑO, 1990; GALEMBECK, 2003; HILGERT, 2003, 2011), o uso de formas não padrão é um fenômeno extremamente comum entre indivíduos escolarizados e pertencentes a classes mais favorecidas. A diferença está no fato de que as formas não padrão tipicamente usadas por esses falantes – como *o filme que eu assisti*, *eu mandei ela sentar* ou *há muito tempo atrás* – não causam tanto choque quanto as formas não padrão usadas mais exclusivamente pelos falantes menos favorecidos – como *nós vai*, *pobrema* ou *pra mim comer*. Sendo óbvio que o juízo de valor quanto à forma depende muito mais de quem a usa do que da validade da forma em si (CASTILHO, 2010, p. 205), não é necessário ser adepto de ideologia alguma, esquerdista ou de outra natureza, para reconhecer que o que está em curso é uma exclusão social por meio da língua.

O abandono da noção de erro não implica, portanto, o abandono do mérito dos estudos, nem implica passar a dizer que o errado está certo, nem tem como objetivo principal evitar constrangimentos: dentro dessa proposta, alunos que não assimilarem a variedade padrão continuarão sendo reprovados. Também não se trata de idealização do que é popular, nem de uma tendência politicamente correta. Trata-se, sim, de adotar uma postura científica com relação a um objeto de estudo e ensino, e de livrar nosso repertório de conceitos (e não apenas de termos) que não sejam compatíveis com uma visão objetiva da língua.

Expostos alguns dos mal-entendidos que costumam surgir em discussões sobre o tema aqui explorado, passa-se, finalmente, a uma seção dedicada à análise da (não) validade científica da noção de erro na língua.

A NOÇÃO DE ERRO LINGUÍSTICO EM UM MEIO CIENTÍFICO

Embora se espere que ao menos algumas das incongruências da ideia de erro já tenham ficado evidentes nas seções anteriores, a presente seção tem como objetivo discutir esse tema de forma mais concentrada. Naturalmente, considerando sua importância tanto para a academia quanto para a população geral, bem como as inúmeras perspectivas em que ele já foi examinado, uma exploração completa do tema foge ao alcance deste artigo, que se limita ao levantamento de alguns pontos de interesse.

Em entrevista de 2011 à Univesp TV², o linguista José Luiz de Fiorin declara que a classificação de formas linguísticas em “certas” e “erradas” vinda de um linguista é análoga à classificação de plantas em “certas” e “erradas” vinda de um botânico. O que se pode concluir da fala de Fiorin, é que não há espaço, em uma análise científica de um organismo natural – como plantas ou como a língua –, para julgamentos sociais como o de certo e errado.

A classificação de uma forma linguística como erro geralmente se vincula à ideia de que há, na forma “errada”, algo de inerentemente inválido, ilógico, falho. A extensão natural desse pensamento é o de que qualquer indivíduo que se utilize de formas tão defeituosas para comunicar-se só pode ser intelectual-mente subdesenvolvido; afinal, como pode ele não perceber o absurdo de marcar a pluralidade de um sintagma somente no determinante e não no núcleo (*os lagarto*), ou de colocar na posição de objeto um pronome que, segundo a norma padrão, só pode ser sujeito (*eu vi ela*)?

Diante disso, algumas explicações parecem cabíveis. A primeira é a de que, como regra geral, não há nada inerente às formas não padrão que as torne mais ilógicas, mais problemáticas, ou simplesmente “piores” que as formas padrão. Embora haja, como entre cientistas de qualquer área, inúmeras discordâncias entre os linguistas, esse é um de seus pontos de consenso. Em obra composta pelo trabalho de mais de vinte linguistas de nacionalidades diversas, os editores

2 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=o7OINhxLrOg>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

Bauer e Trudgill (1998, p. xvii, tradução nossa) reafirmam a concordância da equipe (e, não parece absurdo presumir, de toda a classe) quanto à ilegitimidade da ideia de que algumas formas linguísticas são melhores do que outras:

Estamos de acordo quanto ao fato de que línguas e dialetos são meios complexos e estruturados de expressão e percepção, e de que preconceitos baseados na maneira como outras pessoas falam são semelhantes a racismo ou machismo. Estamos de acordo quanto ao fato de que a maior parte das visões sobre a superioridade de uma língua sobre outra ou de um dialeto sobre outro tem raízes sociais e históricas, e não verdadeiramente linguísticas.

Um exemplo claro da natureza não linguística dos julgamentos sobre “certo” e “errado” está em Labov (1991). Como revela a pesquisa desse autor, a forma de prestígio para a realização do R não pré-vocálico (como os de *car*, *bark*, *lizard*) no inglês nova-iorquino é a sua pronúncia – codificada por Labov (1991) como (r-1). Sua elipse ou omissão – codificada pelo autor como (r-0) –, em contrapartida, constitui uma variante estigmatizada, associada a um nível social baixo. O autor relata, no entanto, que, algumas décadas antes de sua pesquisa, no período anterior à Segunda Guerra Mundial, as escolas de Nova York eram dominadas por uma tradição de anglofilia em que (r-0) (mais próxima do padrão inglês) era a forma de prestígio, enquanto (r-1) era condenada como “um traço interiorano, uma inversão incorreta da consoante” (LABOV, 1991, p. 64). Os críticos desta última forma, assim como os críticos das formas estigmatizadas de hoje, disparavam argumentos para provar a ilogicidade de (r-1), com questionamentos nas linhas de: se as pessoas são capazes de entender que algumas letras em algumas palavras não representam um fonema a ser pronunciado, se essas pessoas nunca sonhariam em pronunciar um /k/ em *knee* ou um /p/ em *psychology*, por que insistem em pronunciar um /r/ em *park*? Com o tempo, no entanto, a cultura mudou e os valores atribuídos às formas linguísticas também: a variante estigmatizada passou a deter prestígio, e a variante outrora apontada como a única opção lógica passou a ser estigmatizada, ficando os puristas dessa nova geração encarregados de apontar os problemas inerentes de (r-0).

Estender a análise para outras línguas além da própria é, de fato, uma forma eficiente de perceber que a variante padrão de cada língua não é, necessariamente, determinada por logicidade. Ainda no inglês, tome-se o exemplo da dupla negação, há anos duramente condenada pelos prescritivistas anglófonos. A variedade padrão do inglês exige que a negação seja marcada apenas

uma vez na oração³, como em *I didn't buy anything*. Construções como *I didn't buy nothing*, por sua vez, são estigmatizadas como indicativas de baixo nível de instrução. Ainda, orações desse tipo são frequentemente classificadas como ilógicas: Loberger e Shoup (2009, p. 63, tradução nossa), em seu compêndio gramatical, afirmam que “o significado que elas exprimem é, na verdade, uma ideia positiva – o oposto do pretendido pela maioria dos falantes”. Em português, por outro lado, a negação dupla, como em *Eu não comprei nada*, é a variante padrão. O mesmo vale para o japonês, sendo padrão a construção *Nani mo kaimasendeshita*, também com negação dupla. O mesmo fenômeno ocorre, portanto, nos três idiomas: a negação dupla ocorre em português e em japonês, como variante padrão, e em inglês, como variante não padrão. Somente neste último, no entanto, seu uso costuma suscitar questionamentos quanto à capacidade intelectual dos falantes.

Outra forma de perceber a natureza pouco científica do conceito de erro é passar da sincronia à diacronia, isto é, deixar de analisar a língua como um sistema congelado no tempo (o que, fique claro, tem suas funções metodológicas) para passar a observá-la como um organismo vivo em mudança contínua. O próprio conhecimento – partilhado pela maioria dos indivíduos escolarizados – de que as línguas que falamos hoje evoluíram de outras línguas mais antigas deveria bastar para que o conceito de erro fosse, ao menos, relativizado. Sabe-se que o português surgiu do latim. Isso significa que o latim, ao longo do tempo, foi falado de maneiras cada vez mais distantes de seu padrão erudito até transformar-se na língua portuguesa. Se partíssemos do pressuposto de que tudo que diverge da variedade de prestígio de uma língua é um erro, seria necessário considerar toda a língua portuguesa, inclusive suas variedades eruditas e literárias, uma grande coletânea de erros do latim! O mesmo valeria para todas as outras línguas românicas, e algo equivalente valeria para todas as outras línguas que, em algum período, evoluíram de outras línguas – ou seja, basicamente, para todas as línguas de grande importância cultural e econômica no mundo. Julgar essa ideia como pouco defensável implica reconhecer, no mínimo, que o conceito de “erro” na língua não deve ser algo tão absoluto quanto considerado pelo senso comum.

Ainda no tema da transição do latim para o português, o exame de alguns traços dessa evolução também pode interessar a esta discussão. Tome-se um

3 Com exceção para eventuais marcadores morfêmicos, como em *The lizards did not go unnoticed*.

fenômeno socialmente relevante no português atual, como a rotacização do *L* em encontros consonantais. A realização de palavras do tipo de *claro* ou *bloco* como *craro* ou *broco* é, como se sabe, extremamente estigmatizada, e o indivíduo comum não hesita em afirmar que quem fala dessa forma está falando “grosseiramente errado”. No entanto, várias palavras que compõem o português padrão são resultado do exato mesmo fenômeno, ocorrido durante a transição do latim (cf. Quadro 1).

Quadro 1 – Rotacização de vocábulos latinos

Latim	Francês	Espanhol	Português
ecclesia-	église	iglesia	igreja
Blasiu-	Blaise	Blas	Brás
plaga-	plage	playa	praia
sclavu-	esclave	sclavo	escravo
fluxu-	flo	flojo	frouxo

Fonte: Bagno (2008, p. 44).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que o trajeto percorrido até aqui tenha demonstrado o quão social (e não científica) é a noção de erro. Se há algum espaço para falar em erro em uma discussão objetiva da língua, esse erro não será um absoluto, e só poderá ser estabelecido com a análise contextual de cada produção: há uma diferença entre dizer que um falante errou ao usar a forma X na situação Y e simplesmente dizer que a forma X “é errada”. Também existem, cabe lembrar, os erros relacionados à produção espontânea, em que, por motivos que vão desde um mau posicionamento da língua até uma sobrecarga mental, o falante pronuncia suas palavras ou constrói suas estruturas de uma maneira diferente da pretendida, podendo, ele próprio, corrigir-se em seguida. Esses últimos são os que Brown (2000) chama, em inglês, de *performance errors*. Obviamente, no entanto, não é a inadequações contextuais nem a *performance errors* que o indivíduo comum normalmente se refere quando fala em “erros de português”.

Talvez a sobrevivência da ideia de erro, mesmo após décadas de publicações que tentam desmistificá-la, seja, ao menos em parte, devida ao fato de que ela é comercialmente viável. Enquanto há demanda, há oferta, e, enquanto houver uma população geral apavorada pela ideia de fazer opções linguísticas ilógicas e indicadoras de “burrice”, haverá profissionais da língua vendendo soluções para que isso não aconteça. Colunas de dicas de português como as sugeridas por Scherre (2008), em que os autores declaram estar ensinando apenas a norma padrão da língua e não a língua em si, embora muito mais cientificamente defensáveis, talvez não tenham tanto sucesso nas vendas quanto aquelas que apelam para fórmulas como “não erre mais” ou “seja o único dos candidatos àquele emprego tão desejado a falar o português correto”.

Similarmente, ao professor que desejar incorporar os consensos da Linguística em seu ofício, resta a complicada tarefa de estimular em seus alunos o interesse pelos estudos sem recorrer a afirmações dogmáticas sobre “certo” e “errado”, e também sem simplesmente substituir estes dois últimos por “adequado” e “inadequado”. Isso significa transmitir aos seus alunos a importância de aprender a norma padrão sem apresentá-la como a única variedade legítima da língua. A mudança, em termos práticos, pode ser sutil: afinal, entre uma aula de “português correto” e uma aula de norma padrão, a diferença não está no objeto de ensino, e sim na postura que se toma com relação a ele.

Leaving behind the notion of mother-tongue “mistake”: more than a change in terminology

Abstract

The aim of this paper is to explore some of the aspects of the notion of error in one’s native language. Starting with a general overview of most linguistic communities’ relationship with the concept of error, we move on to a discussion of the replacement of the terms “correct” and “incorrect” with the terms “appropriate” and “inappropriate”, a change which is frequently limited to terminology. Afterwards, we undertake an exploration of some of the myths surrounding the claim that the concept of error is unsuitable for the objective analysis of language. The paper comes to a close with a few case studies which reveal just how social and arbitrary associations of positive and negative values with linguistic expressions are.

Keywords

Error. Adequacy. Teaching.

REFERÊNCIAS

- AITCHINSON, J. The media are ruining English. In: BAUER, L.; TRUDGILL, P. (Ed.). *Language myths*. London: Penguin Books, 1998. p. 15-22.
- BAGNO, M. *A língua de Eulália: novela sociolinguística*. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- BAGNO, M. *Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa*. 7. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- BAGNO, M. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 2011a.
- BAGNO, M. Discussão sobre livro didático só revela ignorância da grande imprensa. Universidade de Brasília, 2011b. Disponível em: <<http://www.fe.unb.br/catedraunescoead/areas/menu/publicacoes/artigos-sobre-tics-na-educacao/discussao-sobre-livro-didatico-so-revela-ignorancia-da-grande-imprensa-1>>. Acesso em: 19 dez. 2016.
- BAUER, L.; TRUDGILL, P. (Ed.). *Language myths*. London: Penguin Books, 1998.
- BECHARA, E. *Ensino da gramática: Opressão? Liberdade?* São Paulo: Ática, 2000.
- BROWN, D. H. *Principles of language learning and teaching*. 4. ed. New York: Addison Wesley Longman, 2000.
- CASTILHO, A. T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- GALEMBECK, P. de T. Marcas da subjetividade e intersubjetividade em textos conversacionais. In: PRETI, D. (Org.). *Interação na fala e na escrita*. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2003. p. 67-88.
- HILGERT, J. G. A colaboração do ouvinte na construção do enunciado do falante – um caso de interação intraturno. In: PRETI, D. (Org.). *Interação na fala e na escrita*. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2003. p. 89-124.
- HILGERT, J. G. Variações interacionais na construção da compreensão na fala. In: PRETI, D. (Org.). *Variações na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2011. p. 243-271.
- ILARI, R.; BASSO, R. *O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

JOOS, M. *The five clocks: a linguistic excursion into the five styles of English usage*. New York: Harcourt, Brace & World, 1967.

LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. 11. reimp. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1991.

LOBERGER, G.; SHOUP, K. *Webster's New World English grammar handbook*. 2. ed. New Jersey: Wiley, 2009.

PRETI, D.; URBANO, U. (Org.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. São Paulo: T. A. Queiroz; Fapesp, 1990. (Estudos, v. IV).

SCHERRE, M. M. P. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação lingüística, mídia e preconceito*. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

TRUDGILL, P. *Sociolinguistics: an introduction to language and society*. London: Penguin Books, 2000.

Recebido em setembro de 2016.

Aprovado em outubro de 2016.

